

A psicanálise possível frente à tragédia

Rachel Amin de Freitas

Proponho aqui uma breve reflexão na qual tento trazer algumas questões destacadas do atendimento a crianças vítimas da tragédia que acometeu a Região Serrana do Rio de Janeiro. Esses atendimentos fizeram parte de um Projeto de Extensão (2003), desenvolvido na Vara da Infância e Juventude de Teresópolis/RJ, para acolher crianças que sofreram uma perda precoce do pai e/ou da mãe.

Nosso objetivo, dentre outros, é delimitar qual é o papel possível de um analista frente a catástrofes naturais, em momentos que o discurso contemporâneo impele à urgência no atendimento às vítimas.

A sociedade pós-moderna traz consigo uma variedade de processos movidos por seu quadro político e econômico que acaba por influenciar, vivamente, todo o funcionamento de uma sociedade. Dentre muitas transformações do funcionamento social, Giddens¹ destaca a promovida pela tecnologia, pelo tempo e espaço em nossas vidas.

Assim, vivemos em uma sociedade que traz como imperativo a urgência. No entanto, do lado do analista, precisamos encontrar uma ética orientada pelo real, que não aceita que um sujeito seja reduzido à normatização standard promovida pelo determinismo científico. Ou seja, uma eficácia e normatização que tentam buscar o ideal de saúde para todos ou tratar a precariedade pelo viés do assistencialismo.

A ajuda assistencial é necessária diante de tamanho desastre, mas esta não faz parte do campo analítico. Pois, é frente ao real das perdas sofridas que o psicanalista tem algo a fazer.

O discurso contemporâneo, no entanto, não acolhe a possibilidade de se falar de perdas irreparáveis. Nesse discurso, tudo deve ser passível de ser solucionado: dos pertences perdidos aos pais mortos, por exemplo. Discursos como este, que não admitem em seu bojo o impossível, arriscam a apagar o sujeito e objetificá-lo.

As medidas assistencialistas podem e devem resolver os danos materiais. No entanto, a perda precoce de pai e/ou mãe necessita de outra acolhida, mesmo quando se pode lançar mão de laços adotivos que contornem o desamparo de uma criança frente a essas perdas.

"Desconhecer a dependência da vida psíquica à particularidade de sua história, é lançar o sujeito em outro desamparo: no do discurso homogeneizante e anônimo da ciência, para o qual tudo o que foi perdido pode ser sempre substituído. Trata-se de uma lógica quase indenizatória que tende a suprimir o aspecto trágico do dano irreparável"². A língua contemporânea é desabitada do impossível e quando o sujeito é detido por contingências da vida, o impossível lhe retorna sob um modo brutal.

Numa civilização regida pelo tempo da urgência e do imediatismo, apostar no tempo do inconsciente é uma subversão. Como seguir a lógica do tempo do inconsciente?

Brodsky, ao trabalhar o *Seminário 11*, cita Lacan e destaca que este pensa o inconsciente como algo que quer ser, em sua dimensão ética³. Tal inconsciente possui um movimento de pulsação, de se abrir e fechar que não pode ser negligenciado. Assim, se Freud, em 1920, escreve que o inconsciente só quer emergir, Lacan, em 1953, diz que é preciso aguardar que o inconsciente se revele⁴.

O inconsciente é então aquilo que insiste, mas também que emerge, do que se repete, do que se encontra⁵. Essa pulsação é o que mantém aberta a hiância entre o saber e a verdade, ou seja, a divisão do sujeito.

No atendimento feito às crianças vítimas do desastre, pudemos verificar a necessidade do tempo próprio a cada sujeito para traduzir suas perdas e elaborar seus lutos, à revelia do imperativo da pressa contemporânea.

Nós sabemos que a psicanálise visa o sujeito que decorre da fala, da lógica inconsciente, que é individual e não tem hora. O inconsciente que preside tanto as fantasias quanto os sintomas é particular a cada sujeito, e o mais subjetivo engaja também um real. Assim, é a partir da singularidade de cada sujeito que devemos ouvi-lo em sua maior ou menor possibilidade de elaborar ou mesmo fazer suplência às suas perdas.

Nessas circunstâncias, o encontro com um analista deve possibilitar, então, um trabalho de luto, no qual cada sujeito coloca em pauta sua relação com o Outro, a contingência que confere um valor de real ao acontecido, a finitude, a castração. O encontro com a finitude, com a transitoriedade, nos adverte Freud⁶, pode levar alguém à desolação, à revolta ou ao luto pelo objeto perdido.

A perda precoce é um excesso pulsional que o aparelho psíquico não pode suportar e subjetivar facilmente. Ela pode se transformar em transtornos para a economia do aparelho psíquico⁷, tais como a compulsão à repetição que, para Freud, denuncia algo de pulsional que não se encontra regido pelo princípio do prazer⁸.

As crianças afetadas pela perda precoce dos laços parentais enfrentam a dificuldade de efetuar um luto que as proteja da própria destrutividade de suas exigências pulsionais.

Assim, nosso trabalho teve o objetivo de favorecer que cada sujeito pudesse lançar mão de seus meios para a elaboração do luto.

-
- ¹ Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- ² Coelho dos Santos, T. e Amin de Freitas, R. (2007). "Famílias dissolvidas: luto, atos infracionais e exposição a maus tratos na infância e na adolescência". In *Adolescência, família, adoção - Cartas de psicanálise*, 1(2). Ipatinga: CEEPP.
- ³ Brodsky, G. (2004). "O que falha no saber". In *Short story: os princípios do ato analítico*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, p. 27.
- ⁴ Lacan, J. (1998[1953]). "Função e Campo da palavra e da linguagem". In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 314.
- ⁵ Brodsky, G. (2004). *Op. cit.*, p. 27.
- ⁶ Freud, S. (1995[1915-1916]). "La transitoriedad". In *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Ediciones, p. 309.
- ⁷ Idem. (1976[1892]). "Esboços para a Comunicação Preliminar de 1893". In *Obras Completas*, v. I. Rio de Janeiro: Imago Editora, p. 216.